

# Primeira Mão

*Especial Mulheres*

FUP - Filiada à CUT e CNQ

Março de 2015

## Combater todas as formas de opressão para construir uma sociedade igualitária



A história comprova que vida de mulher não é nada fácil. Mesmo nos dias de hoje, onde existem mais direitos legais e sociais do que em tempos passados, ainda há muita desigualdade de gênero na sociedade. A igualdade de oportunidades e a criação de condições para o desenvolvimento das mulheres ainda são desafios, seja na esfera pública (como mercado de trabalho e atividades políticas) ou privada (ambiente familiar).

Pesa sobre as mulheres as diversas formas de violência às quais estão expostas, como a física, sexual, emocional e institucional; a des-

valorização do trabalho e do emprego; a mortalidade materna; a exclusão dos espaços de poder e de decisão política, entre tantas outras situações.

O modelo de sociedade capitalista, além de reforçar a desigualdade na divisão sexual, ainda se apropria da imagem e do corpo da mulher ao trata-lo como mercadoria e banaliza a exploração sexual. As mulheres são consideradas alvos estratégicos do consumismo e o apelo sexual é o elemento central deste método. É também no terreno da sexualidade que a força repressiva das instituições religio-

sas e fundamentalistas têm produzido controle e abusos em defesa de princípios pra lá de arcaicos.

A reflexão que se faz hoje é a de se pensar democracia a partir das mulheres organizadas, enquanto sujeito político, movimento social, cultural e político, portador de visões feministas e de contribuições para a construção de novos mundos e de novas relações, enfim, de uma nova sociedade. Toda conquista das mulheres é forjada na luta feminista organizada. O caminho para avançar é o da participação social das mulheres.

## + mulheres na política!

O Brasil tem a quinta maior população e a sétima economia do mundo, mas ocupa apenas o 121º no ranking de participação das mulheres na política, uma pesquisa que avalia 189 países, organizados em ordem decrescente de acordo com a proporção de eleitas. O Brasil fica atrás de países menos desenvolvidos, como Iraque e Afeganistão. Aqui, apesar de a maioria da população ser do sexo feminino, menos de 9% das vagas da Câmara são ocupadas por deputadas, e menos de 10% das vagas do Senado estão com mulheres.

No Senado Federal, entre 81 vagas, apenas 13 são ocupados por mulheres, sendo que, atualmente, oito senadoras exercem ativamente a atividade. Apenas uma das 11 comissões da Casa é presidida por uma senadora. Na Câmara dos Deputados, das 513 vagas, 44 são ocupadas por

mulheres e apenas uma das 21 comissões permanentes é liderada por uma deputada. As mulheres ocupam apenas 10% das prefeituras e representam 12% dos membros das câmaras municipais,

mesmo com o cumprimento da lei de cotas (30%) nas candidaturas, realizada pela primeira vez nas eleições municipais de 2012.

A partir desse levantamento é perceptível que a realidade das mulheres na política compromete a democracia brasileira, que fica prejudicada em suas possibilidades e horizontes. Essa situação é agravada para as mulheres negras, idosas, lésbicas, trabalhadoras domésticas, rurais, trabalhadoras do sexo e mulheres com deficiências. Estes grupos,

em particular, vivenciam a exclusão, a discriminação e a desigualdade social pela sua condição física, racial, de trabalho e de vivência da sexualidade.



# A luta das mulheres é pelo reconhecimento político e pela igualdade

Não há como precisar na história da humanidade em que momento as mulheres começaram a ser tratadas como seres inferiores e menos capazes. O que temos são evidências de um período em que se vivia em igualdade nas relações entre mulheres e homens, as comunidades nômades e, por alguma razão, esse período se rompeu. Possivelmente com a fixação na terra e o processo de acumulação de riqueza as mulheres passam a ser confinadas ao espaço privado, mesmo que haja um reconhecimento sobre a presença das mulheres no trabalho no campo ou mesmo como artesãs, mas este trabalho simplesmente se torna invisível.

Há uma resistência por parte de quem escreve a história de não reconhecer o papel econômico das mulheres na formação das sociedades. É como se a sociedade tivesse se constituído apenas por homens e as mulheres, por sua vez, são lembradas como seres frágeis e pela sua falta de interesse pelos espaços públicos.

Um marco importante da luta por direitos iguais começa no século XVIII, em que as mulheres defendem o direito ao voto. Naquela época somente os homens brancos e libertos poderiam exercer a cidadania. As ideias liberais influenciaram a primeira onda do feminismo e as bandeiras de luta estavam restritas ao acesso às liberdades democráticas. Entretanto, os movimentos socialistas da época e as operárias da indústria nascente denunciavam suas precárias condições de trabalho e reivindicavam o acesso aos mesmos salários pagos aos homens, influenciando, desta forma, um conjunto de mulheres feministas que lutavam contra a exploração da classe trabalhadora e por direitos iguais.

Enquanto a primeira onda do feminismo luta pelos direitos das mulheres ao acesso à propriedade e o direito ao voto; a segunda onda do feminismo, nas décadas de 1960 e 1970, se destaca pela luta para colocar fim à discriminação contra as mulheres no trabalho. O movimento era para garantir que as mulheres tivessem acesso igual à educação, ao emprego e à participação política, à autonomia econômica e o direito ao corpo.

Nas últimas décadas os debates foram avançando e na medida em que mais mulheres ingressavam no mercado de trabalho, novos temas foram ganhando relevância, como a dupla jornada de trabalho e a luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico, como parte da jornada de trabalho das mulheres.

Semelhante ao que acontecia no século XVIII, as mulheres na atualidade continuam recebendo menores salários, a tarefa de cuidados dos filhos ainda é considerada atribuição das mulheres e a maternidade muitas vezes é um obstáculo para aquelas que desejam continuar na carreira. As empresas resistem em contratar mulheres para determinadas funções ou ocupações por puro preconceito e o acesso a postos de direção está destinado apenas aos homens. A luta das mulheres segue bastante atual e, à medida que elas avançam em determinadas áreas, se intensificam as práticas de assédio moral e sexual e violência doméstica. Além disso, os postos de trabalho mais precários, mal remunerados e com maior vulnerabilidade estão destinados às mulheres.

O acesso aos cargos políticos ainda está restrito ao sexo masculino, embora avanços importantes possam ser verificados nessas últimas décadas, mas ainda são insuficientes para que se alcance uma verdadeira condição de igualdade.

Nada explica a situação de desigualdade que persiste em nossa sociedade se não entendermos que os homens, de alguma forma, se beneficiam dessa condição. É confortável que as mulheres permaneçam na tarefa de cuidados e de reprodução da vida, enquanto os homens se destacam nos espaços públicos.

Por isso que a organização das mulheres em espaços próprios é fundamental, enquanto sujeitas políticas. Somente as mulheres conscientes de sua condição serão sujeitas de sua própria libertação.

Por Marilane Teixeira, economista, pesquisadora e assessora sindical



Neste início do século XXI, as feministas ainda reivindicam o direito ao corpo, denunciam a violência, o estupro e a acusação de que elas o provocam com suas roupas e comportamentos. A violência de gênero é resultado direto do machismo contra o qual os diversos movimentos feministas têm se levantado, de forma organizada, pelo menos desde o final do século XIX, tendo como ideia central o fato de que diferenças de gênero não pressupõem desigualdade.

Cinco mil mulheres morrem no Brasil, por ano, vítimas de feminicídio – isto é, em decorrência de conflitos de gênero. Foram 50 mil pessoas assassinadas entre 2001 e 2011 única e exclusivamente pelo fato de serem mulheres. Anualmente, são registrados no país 50 mil casos de estupro – um tipo de crime que é subnotificado, sobretudo porque o criminoso, em geral, é um homem próximo da vítima. Há mais registros de estupros no país do que de homicídios dolosos.

As mulheres negras e pobres estão mais propensas a sofrer algum tipo de violência, seja ela física ou psicológica. Sua condição social as coloca em estado de constante ameaça, afinal, além de pertencerem a uma camada economicamente desfavorecida e racialmente excluída, muitas vezes vivem em espaços à margem da sociedade.

No Brasil existem 49 milhões de mulheres negras, cerca de 25% da população. É a parte da sociedade que vivencia a face

mais perversa do racismo e do sexismo.

“No decurso diário de nossas vidas, a forjada superioridade do componente racial branco, do patriarcado e do sexismo fundamenta e dinamiza um sistema de opressões que impõe, a cada mulher negra, a luta pela própria sobrevivência e de sua comunidade”, conta Rosângela Santos, secretária de gênero, raça e etnia do Sindipetro Bahia.



Um grande marco na luta contra a violência foi criação da Lei Maria da Penha (lei 11.340/06). A homenageada é uma biofarmacêutica cearense que lutou durante 20 anos para ver seu agressor preso, o professor universitário Marco Antonio Herredia Viveros, que por duas vezes tentou assassina-la. O algoz foi condenado a dez anos de prisão, mas recorreu e cumpriu apenas dois anos.

Foram 15 anos de luta e pressões internas e externas. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos recebeu a denúncia do caso e o processo internacional também condenou o Brasil por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Uma das punições foi a recomendações para que fosse criada uma legislação adequada a esse tipo de violência.

A Lei Maria da Penha entrou em vigor em setembro de 2006 e tornou crime qualquer violência praticada contra as mulheres no âmbito doméstico e intra-familiar. A lei também acabou com as penas pagas em cestas básicas ou multas e englobou, além da violência física e sexual, a violência psicológica, a violência patrimonial e o assédio moral.

Desde a criação da Lei houve muito trabalho. Porém ainda existem problemas na aplicabilidade. Todo o sistema judiciário e policial precisa ser aperfeiçoado para que a lei tenha sua efetividade e consiga romper com a violência contra as mulheres.

A instituição da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), em 2004, classificada com status de Ministério, foi fundamental para a conquista da Lei Maria da Penha e por propiciar a construção de políticas dos direitos das mulheres na busca pela igualdade de gênero.

# Mulheres na história das lutas da classe trabalhadora

A luta das mulheres sempre esteve diretamente ligada à luta dos trabalhadores, no entanto parece estar invisível, como se estivesse escondida sob uma “dominação masculina”. Na sociedade contemporânea a ideologia predominante ainda é marcada por uma visão masculinizada na qual a imagem feminina é um estereótipo sem voz. A maioria dos movimentos, seja sindical, popular ou partidário, reproduz de alguma forma essa prática.

No Brasil, desde o primórdio da organização dos trabalhadores, as mulheres sempre estiveram presentes, como exemplo o momento chave da greve geral de 1917 - a primeira paralisação geral da indústria e do comércio no país - que começou com as tecelãs que reclamavam das péssimas condições de trabalho. Também tiveram importante participação na luta pela incorporação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1937, assim como na luta pelo fim da ditadura militar e pela redemocratização do país, nas décadas de 70 e 80, respectivamente.

Na década de 1990, conhecida como o “período neoliberal”, o mundo do trabalho vive sua fase

de enxugamento, com a reestruturação produtiva, a flexibilização e a precarização do emprego. As dificuldades e as barreiras para a participação e conquistas das trabalhadoras aumentaram. A predominância do modelo patriarcal e do machismo ficou evidente na sociedade. Naquele momento muitas mulheres se retiraram do mercado de trabalho, contudo outras

tantas tornaram-se também chefes de família e passam a disputar os mesmos cargos que os homens, em fábricas, bancos e em outros de predominância masculina. No entanto, a maioria das mulheres trabalhadoras ainda ocupa atividades relacionadas ao “cuidar” (nos hospitais, a maioria das mulheres são enfermeiras e atendentes; no ambiente escolar são professoras primárias ou secundárias), serviços domésticos ou repetitivos e com pouca autonomia e muita rotatividade.

Em 1995 a categoria petroleira fez o seu maior movimento grevista da história. Foram 32 dias de paralisação contra a tentativa do



Governo Federal, presidido por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), de privatizar a Petrobrás. Unidades ocupadas pelo exército, multas milionárias impostas pelo judiciário à FUP e aos sindicatos, demissões em massa e muita resistência dos petroleiros, que conseguiram salvar a empresa da onda privatis-

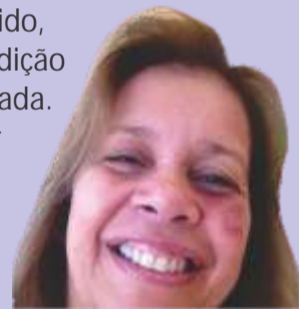
ta, foram marcas daquele movimento. Uma das mulheres que estavam naquela luta foi Luiza Botelho, que fazia parte da Direção da FUP e foi importante militante em defesa da Petrobrás e do patrimônio nacional. Após 20 anos daquele movimento, ela lembra da participação feminina. “Não havia muitas mulheres petroleiras e as que existiam tinham o fator impeditivo de terem toda a responsabilidade sobre os filhos e o lar. Mesmo assim estavam na luta”, conta.



Luiza Botelho representou as mulheres na 1ª Direção da FUP

“Na década de 90, quando fui dirigente sindical, um dos fatores que mais limitava a participação efetiva das mulheres nas direções sindicais era o fato de terem, em sua grande maioria, a responsabilidade absoluta sobre os filhos e os cuidados da casa. Houve avanços nesse sentido, mas é preciso muito trabalho para alterar essa condição das mulheres e alcançar a responsabilidade compartilhada. Assim, as mulheres terão uma presença cada vez maior no movimento sindical e em todas as esferas sociais, afinal essa luta é nossa - de homens e mulheres!”

Luiza Botelho, ex-diretora da FUP. Foi diretora do Sindipetro-RJ e Sindipetro-NF, da FUP, CUT-RJ e CNQ/CUT.



## Os novos rumos das mulheres no sindicalismo

A divisão sexual do trabalho tem implicações importantes para a conformação da desigualdade de gênero. A sobrecarga dos trabalhos domésticos e a responsabilidade sobre os cuidados da família sobre as costas das mulheres é um forte fator que sempre impossibilitou a mulher a atuar em outras atividades de nossa sociedade.

Acompanhado do machismo, o sindicalismo acabou por se tornar um espaço pouco atrativo a elas. A cultura sindical já foi descrita pela mística de fraternidade masculina somada à desigualdade de representação no interior das entidades sindicais. As mulheres tendem a sentir que os sindicatos não representam seus interesses. Até este momento as mulheres continuam sub-representadas, quando não totalmente excluídas deste espaço de decisões na sociedade.

Isso é mais forte em categorias majoritariamente masculinas,

como a dos petroleiros. Apesar de todas as dificuldades colocadas, novos ventos feministas sopram no movimento sindical. “Na história de 61 anos da Petrobrás, a presença feminina tem sido minoritária, mas nem por isso invisível. A participação feminina está marcada nas lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras petroleiras. No novo ciclo político iniciado em 2002, a presença feminina se ampliou, tanto na Companhia quanto na luta sindical, dando impulso e nova energia à luta pela emancipação e pela equidade de gênero”, avalia Fátima Viana, diretora de comunicação do Sindipetro Rio Grande do Norte.

O fato de uma mulher estar à frente da coordenação de um dos maiores sindicatos de petroleiros do país, o Sindipetro Unificado de São Paulo, comprova a mudança nos rumos do sindicalismo com relação à participação feminina.

“Estamos em um momento no qual o risco de retrocesso está impondo uma pauta defensiva aos movimentos sociais e na luta por igualdade. As manifestações nas ruas e o número de greve cresceram significativamente nos últimos anos. Muita gente indo as ruas por mais direitos, sejam trabalhistas, civis ou sociais. Depois das eleições os posicionamentos estão mais evidentes e vemos o congresso mais conservador sendo eleito. Com a eleição de Eduardo Cunha já há anúncios sobre a votação pelo núcleo familiar tradicional (que retrocede no direito dos homoafetivos se casarem), pronunciamentos contrários à licença maternidade de 6 meses assim como declarações públicas sobre estupro e aborto colocando sempre a culpa na mulher e a “vida” do feto acima da gestante. Em momentos assim, não podemos vacilar e temos que estar pronta para a luta. É para fortalecer e organizar essas lutas, além das questões corporativas (do nosso dia-a-dia) que o coletivo de mulheres da FUP existe”.

Cibele Viera, coordenadora do Sindipetro Unificado de São Paulo e diretora da CNQ



“O Sindicato é um instrumento indispensável na luta cotidiana dos trabalhadores e das trabalhadoras contra a exploração e contra todas as formas de opressão. No caso específico das trabalhadoras petroleiras, a luta contra a opressão de gênero seria inviável sem a organização da entidade de classe”.

Fátima Viana, secretária de comunicação do Sindipetro-RN

# A organização e os desafios das mulheres petroleiras

A partir de 2012 as mulheres petroleiras dão um salto em sua organização. Foi criado o Coletivo Nacional de Mulheres Petroleiras da FUP, instituído durante o I Encontro Nacional de Petroleiras Fupistas, que reuniu mais de 40 trabalhadoras do Sistema Petrobrás no Rio de Janeiro. Mesmo de história recente, o Coletivo já travou muitas lutas e realizou muitos trabalhos em prol das mulheres petroleiras, do feminismo e da equidade de gênero.

No ano seguinte as petroleiras já construíram uma extensa pauta reivindicatória e, após uma enriquecedora articulação dentro da FUP, conquistaram diversas cláusulas no Acordo Coletivo de Trabalho 2013/2015.

Em abril de 2014 aconteceu o II Encontro Nacional das Mulheres Petroleiras da FUP, em Salvador-BA, cujo tema foi “o empoderamento das mulheres”. O principal debate foi a participação política e sindical das mulheres. Naquela oportunidade, as petroleiras levaram aos sindicatos e à Federação o debate sobre a instauração de cotas e a criação de secretarias de mulheres nas entidades.

Os profundos debates das mulheres dentro da categoria levou à aprovação da Resolução de Políticas Afirmativas de Gê-



ro da FUP, aprovada durante o XVI Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros, realizado em agosto de 2014. O texto declara a aplicação de cotas proporcionais ao Sistema Petrobrás na composição dos Congressos Nacionais, das Plenárias Nacionais, das Comissões de Ética, dos Cursos e dos Seminários, assim como para os cargos da Direção da FUP para próximo Congresso Eleitoral. Da mesma forma, foi estabelecido o debate da criação da Secretaria de Mulheres da FUP, que se dará na Plenária Estatutária a ser convocada pela FUP ainda no 1º semestre de 2015.

Próximos passos: inserção das mulheres no sindicalismo. Em abril deste ano o Coletivo Nacional vai realizar o III Encontro Nacional de Mulheres Petroleiras da FUP. O tema será a visi-

bilidade feminina e a participação nas lutas petroleiras. O objetivo é mostrar à toda categoria que as mulheres sempre estiveram presentes e que agora também querem estar à frente.

No Coletivo, essa nova etapa da organização das petroleiras está destinada a formação política sindical. Isso traz o desafio de construir espaços onde ocorra o debate sobre a condição das mulheres. As mulheres petroleiras sindicalistas também estão organizadas nos movimentos sociais, feministas, nos conselhos, participando das marchas e organizações de entidades nacionais, como a CNQ, CUT e CTB. Essa ativa participação e o contato com a realidade de outras categorias potencializa o desenvolvimento de políticas sindicais e laborais que façam avançar o empoderamento das mulheres na sociedade.

“Desde que iniciamos a organização das mulheres em nossa categoria, é possível ver o encorajamento de muitas petroleiras para ingressar no sindicalismo. Novos nomes surgiram e com eles muitos potenciais. Os desafios enfrentados pelas mulheres para alcançar uma posição de poder na esfera política são muitos. A política de cotas na FUP será um avanço no estabelecimento de nós, mulheres, no sindicalismo petroleiro”.

Anacélie Azevedo, diretora do Sindipetro PR e SC e coordenadora do Coletivo Nacional de Mulheres Petroleiras da FUP.



## Desafios na luta por direitos

A organização das mulheres petroleiras levou a inserção de uma série de novas reivindicações para a negociação do ACT 2013/2015. O resultado foi a conquista de grandes avanços, como a extensão da licença-paternidade de 5 para 10 dias, a igualdade de direitos aos casais do mesmo sexo em relação à adoção e às licenças maternidade e paternidade. Atualmente existem cerca de 300 trabalhadores casados com pessoas de mesmo sexo na Petrobrás, entre outros direitos.

Neste ano a companheira Carla Cristina Lopes de Almeida, coordenadora da Secretaria de Mulheres no Sindipetro Caxias, assumiu a titularidade da representação do Coletivo Nacional de Mulheres Petroleiras da FUP junto à Subcomissão de Diversidade da Petrobrás, grupo que debate, propõe e controla as políticas corporativas sobre gênero. A conquista de uma vaga para o Coletivo na Subcomissão fez surgir novas propostas e as colocou em andamento, como a distribuição de uniformes com cortes femininos, a adequação de EPI's e de instalações para atender as demandas femininas, como vestiários, banheiros e salas de apoio à amamentação, entre outros.

O Coletivo Nacional de Mulheres Petroleiras da FUP vai se reunir em breve para debater a pauta do ACT 2015/2017. Uma nova pauta de reivindicações será construída para levar as demandas das mulheres à mesa de negociação com a Petrobrás.

“Sabemos que temos muito ainda a avançar, mas um dos grandes pontos deste debate, e que levaremos com força para o próximo ACT, será a liberação para acompanhamento de dependentes em consultas médicas e/ou internações”.

Carla Cristina Lopes de Almeida - Coordenadora da Secretaria de Mulheres do Sindipetro Caxias



## Mulheres na luta por segurança

A principal luta de toda categoria petroleira na atualidade é a segurança. O saldo de 24 mortes nos últimos 13 meses na companhia é inaceitável e deixa os trabalhadores. O último acidente ceifou a vida de cinco trabalhadores que atuavam na plataforma FPSO, operada pela BW Offshore (empresa de origem norueguesa) e afretada pela Petrobrás, na região de Aracruz, no Espírito Santo.

A falta de segurança é consequência da precarização do trabalho e do baixo investimento em SMS, agravada pelo Programa de Otimização dos Custos Operacionais (Procop). “As mulheres são sensíveis aos problemas relacionados à saúde e segurança e atualmente diversas delas estão nas CIPAs, muitas vezes vice-presidentes, maior cargo de representação dos trabalhadores eleitos neste espaço. Por se tratar de uma categoria com muitos problemas relacionados à saúde e segurança, este é um espaço de luta e com grande possibilidade de desenvolvimento sindical. Muitas mulheres iniciaram suas atividades sindicais através das CIPAs.

“As trabalhadoras e os trabalhadores do ramo petróleo estão a cada dia submetidos a uma onda de insegurança nos estabelecimentos, seja nas bases de terra ou nas plataformas, muitos chegaram a óbito por infartos e outros vítimas de queimaduras por vazamento de gases, não há outra retórica, a vida pede socorro”.

Conceição de Maria Rosa, diretora de Formação do Sindipetro-NF

